

PARTICIPAÇÃO POPULAR COMO FERRAMENTA DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS NA REDE DE ENSINO PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

POPULAR PARTICIPATION AS A PROBLEM-SOLVING TOOL IN THE PUBLIC EDUCATION SYSTEM OF MARANHÃO STATE

DOI: <https://doi.org/10.29327/2739169.1.1-6>

Recebido: 30/05/2025

Aceito para publicação: 16/09/2025

Renato Oliveira da Silva

Bacharel em Direito

Universidade Estadual do Maranhão

<https://orcid.org/0009-0008-6936-1396>

Itapecuru Mirim – Maranhão, Brasil

renato.adv.mmo@gmail.com

Sophia Benildes Pereira Melo

Ensino Médio Profissionalizante em Administração

Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

<https://orcid.org/0009-0007-6269-9370>

Vargem Grande – Maranhão, Brasil

sophiabendes@gamil.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a participação popular como uma ferramenta de resolução de problemas na comunidade escolar do Estado do Maranhão. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e análise qualitativa, com base nos autores Paulo Freire (1967) e Libâneo (1994). A pesquisa permitiu identificar as contribuições e benefícios que a participação popular pode proporcionar para educação, evidenciando sua importância para o desenvolvimento de um ensino com maior qualidade, autonomia, democracia e cidadania dos envolvidos. Conclui-se que a participação popular pode promover uma educação de qualidade e ao mesmo tempo democrática. Este trabalho contribui para a apresentação de possíveis ferramentas para melhorar a educação quanto para a criação de uma cultura organizacional positiva do ambiente escolar do Estado do Maranhão.

Palavras-chave: Educação; Democracia; Pedagogia.

ABSTRACT

This article aims to present popular participation as a problem-solving tool within the school community of Maranhão State. To achieve this, a bibliographical review and a qualitative analysis were conducted, drawing upon the works of Paulo Freire (1967) and Libâneo (1994). The research identified the contributions and benefits that popular participation can provide for

education, highlighting its significance for the development of higher quality teaching, greater autonomy, democracy, and citizenship among those involved. It is concluded that popular participation can foster both quality and democratic education. This work contributes to the presentation of potential tools for improving education and for creating a positive organizational culture within the school environment of Maranhão State.

Keywords: Education; Democracy; Pedagogy.

1. INTRODUÇÃO

A temática democrática nas escolas tem se tornado atrativa nos últimos anos devido à sua relevância para o desenvolvimento de uma educação plena. De acordo com Luck (2009, p. 70), a gestão democrática promove uma educação de qualidade com base no contexto social que está inserida. Além disso, Gadotti (2014, p. 1) destaca que a educação está intrinsecamente relacionada à participação da comunidade escolar em suas decisões.

Dentro desse campo, a falta de participação popular nas escolas tem se tornado uma problemática relevante. Libâneo (1985, p. 35-34) argumenta que a falta da participação popular tende a proporcionar o surgimento de posturas autoritárias, tornando o professor o centro de autoridade e conhecimento e tornando os alunos sujeitos inteiramente submissos, causando um adestramento sutil destes. Esse problema impacta diretamente na autonomia, pensamento crítico e reivindicações por direitos dos estudantes.

A importância de trabalhar a participação popular na escola é reafirmada por Moreira (1999, p. 34) ao observar que a falta desta permite que nas escolas ocorra o agravamento das desigualdades sociais, além de favorecer os grupos hegemônicos e suas cosmovisões na educação. A referida problemática impacta diretamente estudantes que pertencem a grupos discriminados ou que possuem alguma limitação ou dificuldades em relação ao aprendizado.

Ademais, estudos anteriores têm buscado resolver esse problema através da adoção do diálogo e a compreensão da realidade vivida pelos alunos. Nesse sentido, Paulo Freire (1967, pp. 90, 104) investigou o uso de um modelo educacional voltado para o diálogo e que utiliza uma linguagem acessível para a compreensão dos estudantes, além do uso de elementos que estão presentes na realidade destes, facilitando o aprendizado. Outro estudo, conduzido por Saviani (1991, p. 4-5) entende que o conhecimento deve ser assimilável e que proporcione a compreensão das transformações do saber por parte dos estudantes.

Apesar das supracitadas contribuições, ainda perduram limitações a serem sanadas. Paulo Freire (1974, p. 70-71) admite que os estabelecimentos de ensino que adotam sistemas mais tradicionais de educação têm maior resistência com a adoção do modelo educacional libertador desenvolvido por ele. Da mesma forma, Saviani (1991, p. 76-81) identifica que o processo de produção e transformação do saber depende do contexto histórico para ser aplicado, e essa dependência pode ser dificultada devido a sistemas educacionais tradicionais que não favorecem a transformação social.

Diante dessas limitações, surge a problemática sobre o acesso às informações por parte dos sujeitos envolvidos na comunidade escolar em relação às ferramentas de participação popular adequadas para a gerar mudanças positivas no desenvolvimento da educação. Embora Paulo Freire (1967, pp. 90, 104) e Saviani (1991, p. 8-9) tenham abordado meios de assimilação do conhecimento por parte dos estudantes, ainda falta uma investigação mais profunda sobre a utilização de instrumentos de participação popular, seus conceitos e suas vantagens para a educação e a promoção do protagonismo dos estudantes.

O presente artigo tem a finalidade de apresentar instrumentos de participação popular junto aos seus conceitos e vantagens para a educação na rede de ensino pública do estado do Maranhão. Diferente das abordagens anteriores, ele visa um estudo mais aprofundado e amplo sobre os instrumentos abordados. Saviani (2007, p. 22-23) argumenta que os estudos no campo da educação enfatizam apenas a organização escolar ou se limitam a determinado período ou aspecto educacional, negligenciando as questões das ideias pedagógicas. Bem como, retirar do Regimento Escolar Dos Estabelecimentos De Ensino Da Rede Pública Estadual Do Maranhão (2016) diversos instrumentos de participação democráticos aplicáveis à comunidade escolar.

Logo, no intuito de alcançar os supracitados objetivos, este trabalho está estruturado da seguinte forma: na Seção 1, será apresentado os instrumentos de participação popular na escola, conforme o Regimento Escolar Dos Estabelecimentos De Ensino Da Rede Pública Estadual Do Maranhão (2016); na Seção 2, analisar as principais problemáticas da comunidade escolar, e, por fim, a Seção 3 abordará como os elementos citados são ferramentas para a resolução de problemas escolares na rede de ensino maranhense. Essa organização permitirá uma análise abrangente e detalhada dos benefícios da utilização dos elementos da gestão democrática para a educação do Estado do Maranhão.

2. METODOLOGIA

A metodologia aplicada no presente artigo utiliza pesquisa bibliográfica com estudos de análise qualitativa, pois segundo Severino (2007, p. 122) refere-se a utilização de dados de textos produzidos anteriormente por pesquisadores sobre respectivo tema que será abordado na pesquisa dos conceitos relacionados à participação popular na rede de ensino pública do estado do Maranhão e seus principais instrumentos na promoção de uma educação de maior qualidade e mais participativa. A investigação feita tem como base livros, artigos científicos, constituição e o Regimento Escolar Dos Estabelecimentos De Ensino Da Rede Pública Estadual Do Maranhão (2016), que abordam a gestão democrática e o envolvimento da comunidade na educação disponíveis nos sites: Scielo, Google Acadêmico e Scribd.

Foi realizada uma análise de natureza qualitativa, buscando compreender os impactos da participação popular e seus principais instrumentos na educação do Estado do Maranhão. A partir do material bibliográfico, é nítido os benefícios proporcionados pela participação democrática na comunidade escolar, segundo os autores de prestígio na área da educação: Paulo Freire (1974), Saviani (1991) e Gadotti (2014), além dos artigos trabalhados durante a pesquisa, abordando temas como promoção do protagonismo dos estudantes, desenvolvimento de uma cultura organizacional positiva nas escolas e redução das desigualdades através da gestão democrática.

A abordagem metodológica utilizada permite a compreensão do tema e suas principais contribuições para a educação, de acordo com os autores trabalhados, como Paulo Freire. A análise qualitativa busca evidenciar os benefícios da participação popular na rede de ensino pública do estado do maranhão e para a comunidade, com base no contexto histórico e social, que tem como objetivo tornar a educação mais inclusiva e que possibilite o desenvolvimento do pensamento crítico e o exercício da cidadania de todos os envolvidos.

3.DESENVOLVIMENTO

3.1 Instrumentos de participação popular

Conforme dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art.205). Nesse sentido, a

participação popular é um elemento intrínseco na educação, pois promove o envolvimento ativo dos cidadãos.

Além disso, trata-se de uma expressão fundamental da democracia, permitindo que indivíduos influenciem políticas públicas, projetos comunitários e outras iniciativas governamentais, que utilizam instrumentos essenciais para o fortalecimento da gestão democrática nas escolas. Em relação à referida temática, Bobbio (1986) ensina que:

Naturalmente, todo este discurso apenas vale se nos atemos àquela que chamei de definição mínima de democracia, segundo a qual por regime democrático entende-se primariamente um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos Interessados. (Bobbio, 1986)

Dessa forma, é notório a importância da democracia para compreender os desafios enfrentados na educação e promover decisões coletivas baseadas no contexto social dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem regular.

Seguindo a supracitada linha de raciocínio, consta no Regimento Escolar Dos Estabelecimentos De Ensino Da Rede Pública Estadual Do Maranhão (2016) diversos princípios que refletem importância de uma gestão escolar pautada nos elementos democráticos, conforme se verifica abaixo:

Art. 7º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
VII - valorização do profissional da educação escolar;
VIII - gestão democrática do ensino público na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino;
IX - garantia de padrão de qualidade;
X - valorização da experiência extraescolar;
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

A partir dos princípios expostos, é nítido que a participação popular deve ser promovida e incentivada nos estabelecimentos de ensino como um reflexo claro dos princípios da democracia.

Entre esses instrumentos, destaca-se o conselho de classe, um espaço de discussão e avaliação dentro da escola. Nele, professores, coordenadores pedagógicos e, em alguns casos, alunos e familiares analisam o desempenho acadêmico e comportamental dos estudantes. Dessa

maneira, seu principal objetivo é identificar desafios no processo de ensino-aprendizagem e propor estratégias para melhorar a qualidade da educação.

Segundo Paulo Freire (1974, p. 44-49), um dos instrumentos da gestão democrática é o diálogo, pois, por meio dele, é possível compreender a realidade dos discentes e propor soluções mais eficientes para os problemas educacionais. Com base nessa perspectiva, os conselhos escolares tornam-se fundamentais para compreender as dificuldades dos estudantes no ambiente escolar, uma vez que o diálogo entre estudantes e professores permite a construção de soluções à realidade dos envolvidos.

Sobre o supracitado instrumento de participação popular, o Regimento Escolar Dos Estabelecimentos De Ensino Da Rede Pública Estadual Do Maranhão (2016) dispõe que:

Art. 133 - O Conselho de Classe é um órgão que tem por finalidade contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Art. 134 - O Conselho de Classe será constituído dos professores/as da mesma série e turma, estudantes e pelo especialista em educação, que o presidirá.

Dessa forma, o sistema educacional do Maranhão reconhece a importância deste instrumento democrático como um meio para melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Ademais, se verificar que os estudantes também foram incluídos como sujeitos atuantes no conselho de classe nas instituições de ensino públicas maranhenses, demonstrando uma gestão democrática plena.

Outro mecanismo de participação popular é o grêmio estudantil, uma organização composta por estudantes de uma instituição de ensino. Por meio desse espaço os alunos expressam suas opiniões, defendem seus interesses e participam ativamente das decisões que afetam a comunidade escolar. Libâneo (2004, p. 9-12) destaca que professores e alunos devem compartilhar os mesmos objetivos e valores, fortalecendo a cultura organizacional da escola e incentivando a tomada de decisões coletivas por meio do conselho escolar e reuniões pedagógicas.

Sobre o supracitado instrumento de participação popular, Regimento Escolar Dos Estabelecimentos De Ensino Da Rede Pública Estadual Do Maranhão (2016) dispõe que:

Art. 214 - São instituições docentes e discentes:

I - Associações de Pais e Mestres;

II - Grêmio Estudantil

III - Entidades Escolares.

Art. 221 – O Grêmio Estudantil é o órgão de representação máxima da organização coletiva do corpo discente de cada escola, de forma que as reivindicações, ideias e os anseios dos estudantes sejam expostos de maneira organizada e representativa.

Dessa forma, o grêmio estudantil se configura como um importante instrumento de participação popular na rede de ensino pública do Maranhão, permitindo a tomada de decisões coletivas e compartilhamento de pensamentos, objetivos e ideais para aprimorar a rede de ensino pública maranhense. Além disso, ele estimula o protagonismo estudantil e fortalece o exercício da cidadania.

Além do conselho de classe e do grêmio estudantil, os projetos comunitários também se destacam como instrumentos essenciais para a participação popular na educação. Essas iniciativas buscam atender às necessidades e interesses de forma mais democrática, buscando atender às necessidades de uma comunidade específica, podendo envolver ações sociais, culturais, ambientais e educacionais.

Nesse contexto, Saviani (1991, p. 80) defende que a educação deve estar ligada ao contexto histórico e social no qual está inserida, garantindo que o conhecimento seja um instrumento de transformação social.

Seguindo essa linha de entendimento, o Regimento Escolar Dos Estabelecimentos De Ensino Da Rede Pública Estadual Do Maranhão (2016) dispõe que:

Art. 97 - A Educação do Campo deve atender aos princípios da gestão democrática e deverá ser realizada em diálogo, parceria e consulta à comunidade e as suas lideranças. Parágrafo único. A gestão das escolas do campo deverá ser exercida, preferencialmente, por pessoa da comunidade, respeitando a formação necessária. [...]

Art. 109 - A Educação Escolar Quilombola deve atender aos princípios da gestão democrática e deverá ser realizada em diálogo, parceria e consulta às comunidades quilombolas e as suas lideranças. Parágrafo único. A gestão das escolas quilombolas deverá ser exercida, preferencialmente, por quilombolas.

Dessa maneira, projetos comunitários assumem um papel fundamental na redução das desigualdades educacionais e no fortalecimento da acessibilidade na educação maranhense. O próprio processo de aprendizagem se torna mais rico e diverso quando possibilita a participação das comunidades locais em seu desenvolvimento.

Tendo como base todo o exposto no presente artigo, é notório a importância da participação popular e de seus instrumentos para o desenvolvimento escolar, da cidadania e dos estudantes maranhenses.

3.2 Principais problemáticas da comunidade escolar

Apesar da relevância dos instrumentos de participação popular mencionados anteriormente, ainda existem diversas problemáticas dentro da comunidade escolar,

especialmente relacionadas à falta de envolvimento ativo dos cidadãos nas decisões educacionais.

Diante desse cenário, Gadotti (1996, p. 2), aponta que um dos maiores desafios das escolas é a limitação entre optar apenas por um modelo tradicional ou moderno, sem consideração à diversidade do contexto social em que a instituição está inserida. Como consequência, a escola não acompanha as transformações sociais e deixa de propor inovações no ensino, o que impacta diretamente as perspectivas futuras dos estudantes, prejudicando seu desenvolvimento educacional e como cidadão funcional.

Além disso, Moreira (2013, p. 4-5) destaca que os currículos escolares muitas vezes são excludentes, pois são elaborados a partir de abordagens tecnocratas e definidos previamente na grade curricular, sem qualquer decisão coletiva. Dessa forma, tais abordagens reforçam a desigualdade social no ensino, uma vez que não comprometem com a construção de uma educação cidadã e democrática.

Logo, permitir a participação da comunidade local, como exemplo a quilombola, faz com que ocorra um certo acolhimento dos estudantes no ambiente escolar, visto que este passa a representar a cultura, pensamento e tradição da população local.

Outro problema identificado, segundo Luck (2002, p.15), é a desigualdade na tomada de decisão dentro das escolas. Em muitos casos, apenas um grupo restrito decide sobre todos os aspectos da instituição, principalmente no que se refere às soluções de problemas. Isso resulta em insegurança, desmotivação e falta de iniciativa de outros colaboradores, devido à liderança autocrática da predominante. Esse tipo de liderança é excludente, pois concentra decisões em um único ponto de vista, gerando resultados pouco eficientes para toda comunidade escolar.

3.3 A participação popular como meio de sanar estas problemáticas da comunidade escolar maranhense

Diante das dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar maranhense, a participação popular torna-se fundamental para a resolução desses problemas e para a melhoria da qualidade da educação.

Nesse sentido, Libâneo (2021, p. 15) defende a adoção da gestão escolar participativa, pois tem como foco objetivos sociais e políticos voltados para o desenvolvimento

do pensamento crítico, da cidadania e da ética. Com essa abordagem, é possível estruturar o ensino com maior qualidade e alinhado às necessidades dos estudantes.

Paulo Freire (1996, p. 24-25) enfatiza a importância da autonomia do estudante ao promover um diálogo ativo entre educador e educando. Por meio dessa interação, é possível incentivar o debate de ideias e o fortalecimento do pensamento crítico dos estudantes maranhenses.

Gadotti (1992, 47-48) por sua vez, destaca a descentralização e autonomia das escolas, permitindo que cada instituição atue de acordo com o contexto sociocultural que está inserido. Essa descentralização contribui, portanto, para a redução das desigualdades sociais e torna a educação mais acessível.

Dessa forma, os instrumentos de participação popular apresentados ao longo do texto, como os conselhos escolares, o grêmio estudantil e os projetos comunitários, desempenham um papel essencial na transformação das escolas maranhenses em espaços mais democráticos e inclusivos. Além disso, promovem a cidadania e a autonomia dos estudantes, permitindo que eles desenvolvam um pensamento crítico sólido e se tornem mais preparados para enfrentar desafios futuros.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, este artigo teve como a intenção de apresentar como a participação popular é uma ferramenta de resolução de problemas na comunidade escolar maranhense. Com base no estudo realizado, foi possível concluir que o uso de instrumentos de participação popular pode proporcionar resultados significativos para a educação, contribuindo para o desenvolvimento dos estudantes e a criação de uma cultura organizacional positiva para a rede de ensino pública do estado do Maranhão.

Os resultados da análise bibliográfica indicam que a adoção do modelo de gestão democrática nas instituições contribui para a redução das desigualdades sociais, promoção de ensino de qualidade e incentivo ao protagonismo dos estudantes e o exercício da cidadania, reforçando a importância de promover a gestão democrática nas escolas.

Apesar das contribuições, reconhecem-se algumas limitações, como a resistência em adotar esse modelo em algumas escolas, o que aponta para a necessidade de investigações futuras que possam aprofundar a compreensão sobre a justificativa dessa postura a respeito da adoção da participação popular.

Logo, se espera que este trabalho contribua para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes para a utilização dessa ferramenta que se baseia na cidadania e democracia, promovendo o avanço no campo da educação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 08 mai.2025.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, P.. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P.. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FREIRE, P.. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, M.. **Escola Cidadã**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- GADOTTI, M.. **Gestão Democrática com Participação Popular**; Planejamento e Organização da Educação Nacional 6ª ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2013.
- LIBÂNEO, J. **Democratização da escola pública**. 19ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- LUCK, H.. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.
- MARANHÃO. **Regimento Escolar do Estabelecimento de Ensino da Rede Pública Estadual Do Maranhão**. Disponível em: <https://sinproesemmabdc.com.br/arquivos/leis/Regimento-Escolar-dos-Estabelecimentos-de-Ensino-da-Rede-P%C3%BAblica-Estadual-do-Maranh%C3%A3o-2016-PDF.pdf>. Acesso em 12 de mais. 2025.
- MOREIRA, A. F. B. **Currículo: políticas e práticas**. 13ª ed. Brasil: Papirus Editora, 1999.
- SAVIANI, D.. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.